O CONSTITUCIONAL

JORNAL POLITICO E NOTICIOSO

REDACTORES DIVERSOS.

Publica-se uma vez por semana (quinta-feira) — Assignatura 2\$000 reis por trimestre, paga adiantada, alem do sello do Correo, para aquelles que o receberem por esta via.

FOLHA AVULSA 240 RÉIS.

O CONSTITUCIONAL.

A politica *progressista*, de que é chefe o Presidente da Provincia nesta nossa malfadada terra, continúa em seus desmandos, e na quadra em que o suor do povo é exigido para as urgencias do Estado, augmentão os desperdícios em larga escala, isto além de graves abusos!

Não declamamos, porque os factos vencerão aquelles que assim o pensarem.

Eil-os:

Ha um Aviso do Ministerio da Guerra, (cuja data agora não temos presente e porisso não a citamos), pelo qual foi determinado aos Presidentes das Provincias, que, sendo necessario, nos hospitaes militares medicos ou cirurgiões, sejam de preferencia n'elles empregados os medicos ou cirurgiões reformados, dando-se-lhes, além do seu soldo, a competente gratificação.

Nesta capital existem os cirurgiões mór reformados José Ferreira Lisboa e João Francisco da Costa Freire, além do commendador Thomaz Silveira de Souza.

Entretanto para medico do hospital militar foi contractado ou nomeado pelo Presidente, o Dr. João José de Cerqueira Lima, medico paisano, vencendo o soldo e gratificação de 1.º cirurgião! Isto fez o Sr. Adolpho de Barros!!!

Nem de leve queremos duvidar das habilitações do Dr. Cerqueira, porque não professamos a sciencia, para o fazer; mas a verdade pede que, quanto a serviços não olvidemos os d'aquelles cirurgiões mór reformados.

Quando o *cholera morbus* pela primeira vez aqui appareceu, foi o cirurgião mór José Ferreira o que se prestou a ir tratar dos cholericos no Lazareto da Ilha de Ratonas.

Ainda o anno passado, tambem por occasião do apparecimento do *cholera*, foi o cirurgião mór João Francisco quem, mandado para a fortaleza de Santa Cruz, ali ós foi tratar.

Estes serviços só por si recommendavam aquelles cirurgiões para serem os preferidos, no caso de necessidade; mas

tudo foi escurecido porque o Sr. Presidente devia empregar o seu compadre, ainda mesmo que fosse contra as ordens do Governo Imperial!

Tendo o demittido a seu pedido de medico adjunto, pelas desintelligencias entre elle e o coronel Magalhães Castro, havia necessidade de compensar o tempo perdido; e porisso deo lhe maior fatia!

Ainda não pára aqui. O Sr. Dr. Cerqueira é o medico dos presos; e igualmente, por impedimento do commendador Silveira, exerce a Provedoria de saude.

Assim, pois, tres empregos para um medico paisano, que deve ter sua clinica, e nenhum para os militares reformados, que devião ser por direito os preferidos!!!

Ah! Sr. Adolpho, quer V. Ex. que estes e outros desmandos não sejam censurados?!

Acaso julga-nos tão miopes, que, sabendo destes factos de sua ominosa administração, toleremo-os sem profligar esses abusos que commette com todo o desplante?!

Não! Engana-se.

Temos coragem para o fazer, e já que aquelle que deve dar o maior exemplo de respeitador e executor das ordens superiores, é o primeiro a violal-as, authorisa aos seus governados a censurarem-o com todas as forças, pois os factos são tão reprovados que a opinião publica d'elles se enoja.

Ainda outro.

O Dr. Luiz Carlos veio do exercito com licença por d'ente, e aqui foi empregado como Delegado do Cirurgião mór do Exercito, tendo exerciciõ no hospital militar.

Está nedio e goza de perfeita saude, mas em lugar de seguir para o corpo de saude, a que pertence, e prestar serviços no theatro da guerra, continúa com a sua molestia!

Não culpamos ao Dr. Luiz Carlos, não, porque cada um quer gozar dos commodos da vida, mas o Sr. Presidente da Provincia por consentir em tal, por não cumprir os seus deveres, sem protecções indebitas, não pode escapar-nos á justa censura que lhe inflingimos.

Ao passo que o alferes Salles, do 9.º

batalhão, que perdeu dous dedos da mão direita em combate, e para cá veio tratar-se, só porque é parente do Dr. Raposo, que não goza das boas graças de S. Ex., já foi preso, mandado recolher ao hospital, e quem sabe se para elle, já não baixou ordem de embarque!!!

Todos estes factos se dão na actual administração da provincia, a qual mais parece a afilhadagem em seu auge, do que a imparcialidade, com a qual devia proceder S. Ex., se já não tivesse creado *courage*, para vel-os publicados, e censurados, sem o menor temor de responsabilidade, porque, se fossemos a ella chamados, os provariamos por serem publicos e constarem de documentos nas secretarias respectivas.

A verdade, que muito presamos, então appareceria para confundir os patronatos escandalosos, de que tratamos.

Responsabilizem-nos e verão.

O PROJECTO REGULAMENTAR PARA A RESPONSABILIDADE DOS MACISTRADOS.

(Continuação do numero anterior.)

XII.

A disposição do art. 11 do projecto se não é hyperbolica, pelo menos não passa de irrizoria.

A *comissão fará a accusação devendo escolher um de seus membros para relator!* Sempre temos visto que a regra parlamentar, é ser considerado relator de qualquer comissão o membro mais votado desta, mas como o projecto é *sui generis*, não é muito que tal anomalia n'elle appareça!

O galante, o irrizorio, e interessante é o final do referido artigo — «o relator fará uso dos documentos e *instrucções* que lhe forem fornecidos pelo queixoso, *sendo attendiveis.*» — Ora, se a queixa deve ser julgada procedente em virtude dos documentos, em que fôr baseada (art. 1.º § 3.º), e já apresentados á consideração da Assembléa; se o projecto não admite o queixoso a representar como autor depois da apresentação daquella, por isso que

tudo o mais segue officiosamente pela Assembléa — Juiz —, como basear o relator da commissão a accusação em *documentos e instrucções fornecidas pelo queixoso, se forem attendiveis*? Se a Assembléa para approvar o parecer da commissão deve necessariamente fundar-se na queixa, documentos que acompanhão ou comprovão, e na resposta do magistrado accusado, é consequente que já foram attendidos aquelles indicados documentos.

A não ser assim, não pôde-se comprehender o final do artigo quando usa da clausula — *se forem attendiveis* —.

Será precisa, por certo, nova hermenéutica, compillada pelos autores dessa monumental peça jurídica, para ser interpretada tal disposição, quanto a admissão de *esclarecimentos e documentos attendiveis ou não attendiveis*!

XIII.

Chegamos a um dos pontos mais importantes do projecto. E' o art. 12.

Para melhor o combatermos, transcrevemol-o. « *Todos os membros da assembléa são competentes para conhecer dos crimes dos magistrados, a que estiverem impostas penas de suspensão ou demissão, e para applicar-lhes a lei. Exceptuão-se os que tiverem parentesco com o queixoso, ou com o magistrado, ou entre si, em linha recta de ascendentes ou descendentes, sogro ou genro; em linha co-lateral, irmãos, cunhados enquanto durar o cunhadio, e primos irmãos; e os que forem testemunhas no processo.* »

Em 1.º lugar vai de encontro ao preceito do art. 11 § 7.º do Acto adicional, o qual só authorisa a Assembléa a decretar a suspensão, ou ainda mesmo a demissão do magistrado, contra quem houver queixa de *responsabilidade*.

Portanto não cabe na attribuição de todos os membros da assembléa o conhecimento dos crimes dos magistrados, que não sejam de responsabilidade; e consequentemente é a assembléa querer espaçar attribuições que lhe não foram conferidas.

Ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente, em virtude de lei anterior, e na forma por ella prescripta (Constit. art. 179 § 11). Tal é o preceito de nossa lei fundamental, preceito de alta justiça e previsão (Pimenta Bueno, Apont. crim. cap. 3 n. 107). A competência, portanto, é um dos primeiros preceitos do processo criminal, base essencial e constitutiva da autoridade que julga e applica a lei, a qual firma a jurisdicção. Esta significa a amplidão ou direito de conhecer e decidir ou julgar.

Em sentido restrito, diz aquelle jurisculto, é a faculdade legitima de applicar a lei ao facto *jus dicere*, ou *jurisdictio a juridicendo*. E' o poder publico legitimamente delegado, poder que não nasce de fontes arbitrarías ou da vontade de quem o queira arrogar ou exercer, mas só e unicamente da autoridade da lei,

pois que a primeira condição do poder é a sua legitimidade, ou a authoridade que a lei confere a um e não a outro tribunal, de conhecer da questão ou em determinada circumstancia, é *quod cuique competit*.

O fóro ou competência *rationi personae* ou é commum ou privilegiado. O privilegiado é o que a lei confere á pessoa, qualquer que seja a materia, causa ou facto ou lugar do delicto, dando-lhe um juizo excepcional, isto é, fóra da lei ordinaria.

Os Juizes de Direito, e os commandantes militares *sómente em materia de responsabilidade*, é que são julgados nos termos dos arts. 154 da Const. e 155 § 2 do código do processo criminal.

Aquelle privilegio é estabelecido em consequencia do caracter que exerce o magistrado, e por isso é pessoal e se estende a todos os seus actos quer publicos, quer privados, e ainda mesmo nos crimes individuaes, como decidiu o Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 22 de Junho de 1867.

Assim é, pois, bem caracterizada a incompetencia da Assembléa para conhecer de — todos os crimes dos magistrados — como o quer fazer, segundo se deprehende das palavras — *para conhecer dos crimes dos magistrados* — de que usa o art. 12 do projecto. O Juiz competente nestes casos é — o Tribunal da Relação do Districto. —

Em 2.º lugar pecca o referido artigo do projecto por contrario ao disposto no art. 61 do Código do processo criminal, que diz — Quando os juizes forem *inimigos capitaes*, ou intimos amigos, parentes consanguineos, ou afins até o 2.º grão de *algumas das partes*, seus amos, senhores, tutores ou curadores, ou tiverem com alguma dellas demanda, ou *forem particularmente interessados na decisão da causa*, — poderão ser recusados. — *E elles são obrigados a darem-se de suspeitos, ainda quando não sejam recusados.* — Esta disposição é ainda reproduzida no art. 247 do Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Entretanto o projecto concede ao inimigo capital, e ao interessado na decisão da causa a favor de qualquer das partes, o ser Juiz em um julgamento!!!

Isto é de mais, e a prova irrecusavel de que o tal projecto foi elaborado, com a *justissima* pretensão, de que aquelles mesmos homens, que se tem alta e profuzamente pronunciado, por espirito de partido, ou por qualquer outra circumstancia (que não queremos prescruatar), contra o Doutor Luiz Duarte Pereira, Juiz de Direito da comarca da Laguna, se julgavão habilitados para julgal-o!!!

Mas, prescindamos disto, e vamos a analyse do artigo.

« A suspeição da autoridade, (ensina o Sr. visconde de S. Vicente no n. 118 de seus Apontamentos criminaes), que tem de exercer jurisdicção ou intervir na causa, é outra condição que affecta a vali-

dade do processo. Embora haja competência, *si existem razões procedentes para duvidar-se de sua imparcialidade, pode e deve declinar-se sua intervenção*, o contrario, sobre ser injusto, não seria digno dos tribunaes de justiça, pois que importa muito á ordem e moral publica que elles se apresentem sempre como instrumentos puros da lei, e que haja a consciencia social de que as relações ou delictos sejam examinados, apreciados e julgados *sem parcialidade, odios, ou paixões.* »

E' por isso que, prevalecendo os motivos legaes de suspeição declarados no art. 61 do cod. do processo criminal, como devem prevalecer, por ser lei do paiz, reguladora dos preceitos do processo crime; é evidente que, sendo postegada essa justa e formal determinação da lei, os actos dos Juizes suspeitos em vez de prevalecerem, devem ser declarados nullos e mesmo sujeitos á responsabilidade.

E' axioma de direito: *Actus nullus, nullum producit effectum.*

E assim o declarão desde a antiguidade os Alvarás de 6 de Maio e 11 de Junho de 1765, de 17 de Janeiro de 1759, e as nossas Ord. Livros 1.º tit. 65 § 20, tit. 65 § 69; 3.º tit. 73 princ.; e 4.º tit 62 princ.

Na verdade, custa a crêr que no seculo das luzes em que vivemos, quando todos os criminalistas nos ensinão que se pode oppôr suspeição aos Senadores, aos membros do supremo Tribunal de Justiça, aos Desembargadores, aos Juizes de Direito, aos chefes de policia, ao Juizes Municipaes e de Paz, e aos Delegados e Subdelegados, por qualquer dos motivos legaes de suspensão (Lei de 15 de Outubro de 1827 art. 22; art. 61 do cod. do processo, Reg. de 3 de Janeiro de 1833 art. 63 e seguintes e Decreto de 23 de Novembro de 1844, a que se referem os apontamentos criminaes, já citado no n. 122), é para admirar, senão se torna digno de lamentação, que na Assembléa provincial, convertida em Tribunal de justiça, se achem habilitados seus membros, que forem inimigos capitaes, ou interessados particularmente na decisão da causa, de qualquer magistrado accusado, para julgal-o criminalmente!!!

Onde iriamos parar com semelhante principio não orthodoxo? Accaso os nobres autores desse monumento de *sciencia juridica*, não terão conhecimento dos apontamentos sobre suspeições e recusações escriptos pelo illustrado Dr. Camara Leal, e visto, pelo menos, o Tit. 5, cap. unico, secção 1.º onde encontrarião lucidamente escripto o que deixamos dito?

Não, isto não é possível, porque sendo um dos autores do projecto formado em sciencias juridicas e sociaes pela Academia de Olinda, e o outro Presbítero secular de grande nomeada, não podem ter desculpa alguma para deixarem de conhecer ou ignorarem as disposições de lei relativas a suspeição legal.

O que se pode inferir, é que a politica